



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**  
Nome: Maria Lourdes Silva  
E-mail: lullua2@yahoo.com.br  
Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 15/08/2018  
Aprovado: 07/11/2018  
Publicado: 09/07/2020

**doi** 10.20396/rho.v20i0.8653179  
e-Location: e020021  
ISSN: 1676-2584



Checagem  
Antiplágio

Distribuído  
Sobre



## PROJETO TOSCO EM AÇÃO: ENTRE PROFESSORES A SERVIÇO DE UMA EDUCAÇÃO MILITARIZADA E A FABULAÇÃO DO ADOLESCENTE QUE SUPEROU AS DROGAS

  Maria Lourdes Silva<sup>1</sup>

  Diego Fernando Cunha Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é parte da pesquisa que integra o projeto Materiais Didáticos e Paradidáticos sobre Medicamentos, Álcool e Outras Drogas para o Ensino Básico: abordagens, linhas de ação e finalidades, voltado à análise de publicações e programas que abordaram a temática nos últimos 20 anos no Brasil. Os objetos aqui analisados são os livros “Tosco” (MATTJE, 2009), paradidático escrito por Gilberto Mattje, e o seu suplemento “Compreendendo Tosco” (MATTJE, 2011), do mesmo autor - materiais base do projeto “Tosco em Ação”. As fontes utilizadas são diversas e compreendem documentos oficiais, jornais e periódicos, domínios virtuais oficiais. O objetivo era analisar: 1 – o processo de criação do projeto e sua entrada no Rio de Janeiro e no município de Seropédica; 2 – a obra como um texto ficcional, criado para o público infanto-juvenil e sua utilização como ferramenta docente para promover o debate sobre drogas e outros temas no ambiente escolar; 3 – o papel da escola e dos educadores no projeto. Tais investimentos foram feitos apoiado em referencial teórico proposto por Roger Chartier (1998), Paulo Freire (1996), Carlos Rodrigues Brandão (1982) e Howard Becker (2008). Como resultado, temos a caracterização de uma política de prevenção às drogas que foi gestada no âmbito do Comando da Polícia Militar e a iniciativa privada como parte de uma política de governo em algumas unidades da federação, incluindo o Rio de Janeiro; a ausência das agências educacionais nesse processo e o recrutamento do professor como multiplicador da proposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Tosco em Ação. Políticas PÚBLICAS. Educação. Drogas.



## TOSCO PROJECT IN ACTION: BETWEEN TEACHERS AT THE SERVICE OF MILITARY EDUCATION AND THE FAIRYTALE OF ADOLESCENTS THAT OVERCOME DRUGS

### Abstract

This work is part of the research that integrates the project Didactic and Paradidactical Materials on Drugs, Alcohol and Other Drugs for Basic Education: approaches, lines of action and purposes, focused on the analysis of publications and programs that dealt with the theme in the last 20 years in Brazil. The objects analyzed here are books “Tosco” (MATTJE, 2009), paradidactic written by Gilberto Mattje, and its supplement, “Compreendendo Tosco” (MATTJE, 2011), by the same author - base materials of the project “Tosco em Ação”. The sources used are diverse and comprise official documents, newspapers and periodicals and official virtual domains. The objective was to analyze: 1 - the process of creation of the project and its entry in Rio de Janeiro and in the municipality of Seropédica; 2 - the work as a fictional text, created for children and youth and its use as a teaching tool to promote the debate on drugs and other issues in the school environment; 3 - the role of the school and educators in the project. Such investments were supported by a theoretical framework proposed by Roger Chartier (1998), Paulo Freire (1996), Carlos Rodrigues Brandão (1982) and Howard Becker (2008). As a result, we have the characterization of a drug prevention policy that was developed under the Military Police Command and private initiative as part of a government policy of the several federal units, including Rio de Janeiro, the absence of educational agencies in this process and the recruitment of the teacher as a multiplier of the proposal.

**Keywords:** Tosco em Ação Project. Public policy. Education. Drugs.

## PROYECTO TOSCO EN ACCIÓN: ENTRE PROFESORES A MANDO DE UNA EDUCACIÓN MILITARIZADA Y LA FABULACIÓN DEL ADOLESCENTE QUE HA SUPERADO LAS DROGAS

### Resumen

El presente trabajo hace parte de una investigación que hace parte del proyecto Materiales Didácticos y Paradidácticos sobre Fármacos, Alcohol y otras drogas para la Enseñanza Básica: enfoques, líneas de acción y finalidades, direccionado al análisis de las publicaciones y programaciones que trataron de la temática en los últimos 20 años en Brasil. Los objetos aquí analizados son los libros Tosco, de Gilberto Mattje (MATTJE, 2009), y el Comprendiendo Tosco (MATTJE, 2011) del mismo autor, materiales que ejercen la función de soporte para el proyecto Tosco en acción. Las fuentes consultadas son diversificadas y compuesta por documentos oficiales, periódicos, sitios virtuales oficiales. El objetivo es analizar: 1-el proceso de creación del proyecto y cómo llegó al municipio de Seropédica; 2-La obra como texto de ficción, creado para el público joven y su utilización como herramienta docente para promover el debate sobre las drogas y otros temas en ambientes escolares. 3- El rol de la escuela y de los profesores en el proyecto. Tales investimentos se realizaron apoyados en el referencial teórico propuesto por Roger Chartier (1998), Paulo Freire (1996), Carlos Rodrigues Brandão (1982) y Howard Becker (2008). Como resultado tenemos la caracterización de una política de prevención a las drogas que fue creada en el ámbito del Comando de la Policía Militar, y la iniciativa privada como parte de una política de gobierno, incluyendo el Rio de Janeiro, la ausencia de los agentes educacionales en ese proceso de reclutamiento del profesor como multiplicador de la propuesta.

**Palabras-clave:** Proyecto Tosco en acción. Políticas públicas. Educación. Drogas.



## INTRODUÇÃO

Este artigo repousa sobre a conjunção de duas propostas convergentes: 1 – a pesquisa a respeito dos materiais didáticos e paradidáticos sobre medicamentos, álcool e outras drogas para o ensino básico, considerando suas abordagens, linhas de ação e finalidades; 2 – a adoção do projeto “Tosco em Ação” (TA) por uma escola pública do município de Seropédica, cujo eixo norteador do trabalho a ser realizado com os alunos propunha discutir temas diversos, entre eles, as drogas. Concentramos nossa análise na política sobre drogas do governo do estado do Rio de Janeiro para o sistema formal de ensino para os diversos municípios. Especificamente, partimos da política empreendida pelo programa denominado “Tosco em Ação” (TA), cujo nome deriva do livro paradidático que dá origem ao programa.

O projeto TA foi adotado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Seropédica/SMECE em 2015, direcionado aos professores da categoria P1, que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental II. Deste projeto, faziam parte o livro paradidático Tosco, publicado em 2009, de Gilberto Mattje, e o livro suplemento, Compreendendo Tosco, do mesmo autor, de 2011. Ambos foram publicados pela editora Alvorada, situada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A SMECE informou que o projeto TA havia chegado ao município por intermédio do governo do Estado do Rio de Janeiro, que firmou acordo com a prefeitura.

Como referências teóricas para problematizar experiências educativas, iniciamos com Carlos Rodrigues Brandão (1982) para quem a educação se define como fenômenos existentes dentro do mundo social onde a própria educação habita. (BRANDÃO, 1982, p. 11). No debate entre correntes de pensamento que entendem, de um lado, a educação como estímulo ao desenvolvimento de capacidades biopsíquicas inatas e, de outro, a educação como inculcação sociocultural com fins ao ajustamento social, o autor pensa educação enquanto prática de desenvolvimento das potencialidades individuais, produto de ações intencionais e deliberadas voltadas à transformação humana e social.

Convergindo com essa perspectiva, Paulo Freire entende a educação como uma forma de intervenção interessada no mundo, politicamente definida. Por isso, o autor chama atenção para a necessidade dos professores manterem a reflexão crítica às propostas pedagógicas, especialmente as que apontam para a autonomia com acepção individualista que não se confunde com a autonomia a que se refere o autor e que se contrapõem as que dizem respeito às curiosidades dos alunos, às diferenças e ao debate ético, lutando contra todas as formas de discriminação. Para ele, ensinar é uma ação que envolve riscos, uma vez que precisa estar sempre aberta à aceitação do novo e à construção do saber de modo dialógico (FREIRE, 1996), mas, sobretudo, ensinar aponta tanto para o desenvolvimento do indivíduo comprometido com os processos de inserção social e participação política.

Por seu turno, Howard Becker (2008), em seu estudo de sociologia do desvio, reflete sobre como os processos de estabelecimento de regras coletivas estabelecem tanto os desvios



quanto os desviantes e os não desviantes. Chama atenção para o fato de que as regras resultam da interação social e podem variar de grupo para grupo, de tal modo que uma mesma pessoa pode ser *outsider* em grupo e não em outro. Isso impõe deslocamento relativo à impropriedade das explicações sobre os comportamentos desviantes, fundamentados nos aspectos psicológicos dos indivíduos. Ele destaca que os desviantes operam racionalizações e escolhas que os distanciam das categorias patologizantes. Ao demonstrar que as regras variam conforme os grupos sociais, o desvio deixa de ser uma categoria inata aos indivíduos, incidindo sobre os comportamentos motivações e aprendizados socialmente configurados que podem definir (ou não) uma carreira desviante. Becker chama atenção para o fato de que as regras atendem aos imperativos de grupos sociais específicos, os quais funcionam como impositores de regras, uma vez que elas necessitam de um conjunto de agências e empreendedores para validarem e institucionalizem essas regras. O autor chama atenção também para certa seletividade dos impositores de regras, que operam escolhas sobre onde e como vão atuar de acordo com seus interesses e finalidades.

Roger Chartier lembra a sistemática organização dos processos do empreendimento de publicação de textos no mundo moderno ocidental, pondo em ação diferentes etapas realizadas por profissionais e agências. O intuito de produzir sentidos estáveis e controláveis para os textos materializados em livros – um produto que as agências multiplicaram para atingir cada vez mais pessoas –, não se concretizou, a despeito de todo investimento. Desde o autor – categoria de emergência histórica recente na cadeia processual de técnicas que envolvem a produção do livro e a quem se deve uma das tentativas de instituição das estratégias de manutenção do sentido do texto a ser publicado – até o editor, o revisor, o livreiro e todos os profissionais articulados na divulgação desse texto escrito por qualquer meio que o suporte, seja impresso, virtual ou ainda auditivo, imagético etc., o que se desprende dessa cadeia são variadas estratégias de regulação de condutas, de modelagem dos espíritos. Daí a sociedade moderna ocidental ter compreendido o quão eficaz pode ser a função pedagógica dos textos colocados em circulação para numerosos leitores – a um só tempo disciplinar e aculturadora – sendo capaz de empenhar esforços para censurar ameaças à ordem moral e/ou religiosa. (CHARTIER, 1998, p. 25).

Outro aspecto importante diz respeito ao meio como o texto encontra o leitor, sendo parte constitutiva do todo processo da produção de sentidos realizada pelo leitor. Para Chartier, a leitura é a prática concreta dos procedimentos de interpretação que se realiza, necessariamente, na relação com a exterioridade do leitor. (CHARTIER, 1998, p. 11-12). A esse respeito, o autor completa:

Contra uma definição puramente semântica do texto – na qual residem não apenas a crítica estruturalista, em todas as suas variantes, mas também as teorias literárias mais cuidadosas em reconstruir a recepção das obras – é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos e que um texto, estável por extenso, passa a investir-se de uma significação e de um status inéditos, tão logo se modifiquem os dispositivos que convidam à sua interpretação. (...)

De toda materialidade – deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí



a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: *os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras.* (CHARTIER, 1998, p. 17, grifo nosso).

Contudo, Chartier lembra que os procedimentos de leitura não estão inscritos no texto e que os esforços para determinação das práticas de leitura não podem esgotar as possibilidades de sentidos que a leitura é capaz de produzir. Os sentidos, por sua vez, “[...] dependem das maneiras pelas quais os livros podem ser lidos pelos diferentes leitores, com diferentes ferramentas intelectuais e que não mantêm uma mesma relação com o texto.” (CHARTIER, 1998, p. 14).

O sentido do texto não é imanente de tal modo que seu estudo implicasse apurada compreensão hermenêutica ou exegética. Ele é produzido pelos leitores nas condições sociais precisas nas quais a leitura acontece, envolvendo todos os que participam do agenciamento da leitura, inclusive os contextos. O limite das intenções das agências à domesticação dos processos de leitura e construção de sentidos pelos leitores nos faz retornar à Becker e aos processos pedagógicos informais forjados nos interstícios da convivência social, alheios aos procedimentos de ajustes das convenções morais ou das agências reguladoras, quaisquer que sejam. Isso mostra como os fenômenos educativos formais não só não esgotam os meios de ensino-aprendizagem como reinventam e refazem caminhos próprios ao deslizar sentidos e produzir outras representações sociais coletivas.

Pensando as questões expostas, o presente trabalho se propôs responder:

- 1 – Qual proposta pedagógica ou política pública educacional respalda a entrada nas escolas públicas do projeto “Tosco em Ação”?
- 2 – No que consiste esse projeto?
- 3 – Quais os atributos literários e pedagógicos do livro Tosco e do seu suplemento que chancelam seus empregos na educação?
- 4 – Como os professores são envolvidos na proposta do projeto e o que lhes cabe fazer?

Tais questões orientam essa investigação e esperamos, senão respondê-las, ao menos refletir sobre as motivações em causa na adoção de programas escolares e como se articulam às finalidades destes.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS DROGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O LIVRO TOSCO**

Esse projeto chega no Rio de Janeiro como parte das ações da Secretaria de Prevenção à Dependência Química do Rio de Janeiro/SEPREDEQ<sup>3</sup> atendendo a 21 municípios, incluindo a capital. No site da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, na página da SEPREDEQ, encontramos uma notícia de divulgação do programa Tosco em Ação, de 2015,



onde se lê: “Prevenção à dependência química - escolas públicas do estado do Rio ganham projeto de prevenção às drogas. Projeto Tosco em Ação entra em vigor no segundo semestre de 2015 [...]. Secretário Filipe Pereira assina parceria com a Editora Alvorada.” (RIO DE JANEIRO, [2015]). A postagem informa ainda que o projeto TA irá beneficiar 150 mil estudantes, em 21 municípios, por meio da Secretaria de Prevenção à Dependência Química. Ele seria destinado a crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos. De acordo com o secretário de estado da SEPREDEQ, Filipe da Almeida Pereira<sup>4</sup>, o programa colabora para que os jovens repensem a relação que cada um estabelece com o álcool e as drogas, consideradas por ele a chaga do século XXI<sup>5</sup>.

O livro Tosco e seu suplemento não fazem parte dos programas de livros desenvolvidos pelo Ministério de Educação-MEC, seja o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD, ou o Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE, em suas diferentes composições (PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático), ou outro programa chancelado pelo MEC, embora nas listagens dos títulos aprovados após avaliação pedagógica do PNBE, existam obras para trabalhar a temática do álcool e outras drogas no ambiente escolar<sup>6</sup>. O material de divulgação do projeto TA é enviado diretamente da editora às secretarias municipais. No caso de Seropédica, a entrega foi mediada pela Secretaria de Estado de Dependência Química-SEPREDEQ, responsável pelo programa no estado do Rio de Janeiro.

Como já dito, no portal do governo do estado do Rio de Janeiro lê-se que o projeto foi “Implantado pela Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química –SEPREDEQ, em parceria com a Editora Alvorada.” (RIO DE JANEIRO, [2015]). Embora não tenha participação direta do MEC ou da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/SEEDUC, a página informa ainda que “Secretário Filipe Pereira assina parceria com a Editora Alvorada”, e que

O programa prevê, além dos materiais didáticos, *capacitações para os professores oferecidas pela Editora em parceria com a SEPREDEQ*. O objetivo é que aconteça um trabalho continuado com os jovens, envolvendo os professores e os familiares dos alunos. (RIO DE JANEIRO, [2015], grifo nosso).

Em outra postagem do Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro/SEPREDEQ, lemos “Escolas Públicas do Estado do Rio Ganham Projeto de Prevenção às Drogas - Projeto Tosco em Ação entra em vigor no segundo semestre de 2015, para alunos entre 11 e 14 anos. (RIO DE JANEIRO, [2015]).

O projeto TA foi pensando para atender aos alunos do 8º e 9º anos do segundo segmento do ensino fundamental. Esses alunos estão, ao menos formalmente, fora do alcance das ações do PROERD<sup>7</sup>, cujos programas são destinados aos alunos da educação infantil e aos alunos do 5º e 7º anos do ensino fundamental. Desse modo, o projeto TA efetiva uma linha de continuidade formal com o PROERD ao proporcionar sequência às mesmas orientações desse programa para as séries finais do ensino fundamental.



No Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – DOERJ, de 18 de dezembro de 2015, encontramos na ata de encerramento da CPI “[...] destinada a investigar e apurar as causas e consequências do consumo de crack no estado do Rio de Janeiro [...]” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 15-24)<sup>8</sup> informações sobre as iniciativas da SEPREDEQ, apresentadas pelo secretário à CPI. Após fazer diagnóstico sobre a epidemia do crack no Rio de Janeiro, a CPI propõe medidas de prevenção às drogas no estado, o secretário da SEPREDEQ anuncia parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas/SENAD, da qual destaca o projeto “Crack, É Possível Vencer” (BRASIL, [2011-2015]). Com participação destacada nas diversas fases da comissão da CPI, o secretário deixou registrada as políticas de prevenção em curso no estado, a partir das ações de sua secretaria. Após ressaltar a capacitação de agentes sociais com fins à intervenção direta na sociedade, ele afirma no relatório:

Outro foco da SENAD é o da prevenção ao uso de drogas nas escolas (Projeto Tosco). De acordo com o secretário Felipe Pereira, no Rio de Janeiro tal projeto estaria em fase de início de execução: “[...] No ano de 2014, no início de 2014, nós conseguimos pleitear um recurso, junto ao Governo Federal, para que a gente pudesse trazer um projeto de prevenção primária nas escolas municipais.” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18).

Na fala do secretário da SEPREDEQ, o projeto TA teria apoio da SENAD e complementaria uma política de prevenção que contaria ainda com outros dois programas, já em execução pelo governo estadual, o Programa Educacional de Resistência às Drogas/PROERD e o programa Papo de Resposta<sup>9</sup>, das Polícias Militar e Civil, respectivamente. Juntos, eles comporiam a primeira de três propostas de ação política do estado, traçadas pela SEPREDEQ e chanceladas na ata de encerramento dessa CPI, denominada “Prevenção de Uso de Drogas nas Escolas.” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18). A segunda proposta, também presente no relatório, seria a criação do Centro de Referência para Capacitação; a terceira seria constituída pelo setor de Informações, Comunicação e Publicidade. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18). No trecho abaixo, retirado da ata de encerramento da CPI em questão, destacamos a proposta voltada à educação formal, onde o projeto TA aparece como central. O relatório expõe as intenções do secretário da SEPREDEQ com o projeto:

Outro foco da SENAD é o da prevenção ao uso de drogas nas escolas (Projeto Tosco). De acordo com o secretário Felipe (*sic*) Pereira, (...) “No ano de 2014, no início de 2014, nós conseguimos pleitear um recurso, junto ao Governo Federal, para que a gente pudesse trazer um projeto de prevenção primária nas escolas municipais”. Com o Projeto Tosco a SEPREDEQ pretende atingir alunos do segundo segmento das escolas municipais. Entretanto, os recursos não são suficiente (*sic*) para que todas as escolas estaduais sejam contempladas. Nas palavras do secretário: “obviamente, num primeiro momento, não temos recursos e condições de aplicar em todo o estado de uma só vez, mas faremos de fase e de forma programática, tentando atender pelo menos alguns municípios de cada região, das oito regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro”. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18).

Fica definido no relatório da CPI, então, que a formação e a capacitação do pessoal das áreas de saúde e educação, além dos demais agentes comunitários, no que tange ao álcool e outras



drogas, não estariam apenas sob a responsabilidade da SENAD e da SEPREDQ, mas se tornariam encargo das polícias militar e civil do Rio de Janeiro.

A ata de encerramento traz trecho do livro *Prevenção ao Álcool e Drogas: o que cada um de nós pode e deve fazer*, dos pesquisadores Geraldo Mendes de Campos e Edilane Moraes (2014 *apud* RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18), onde se lê:

[...] então podemos perceber que estratégias de prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas (ATOD) podem ter objetivos diferentes. Consequentemente, os diversos tipos de programas de prevenção existentes, ao utilizarem estratégias diferentes, poderão ter também objetivos distintos. E perceber isso é simples: se determinado programa de prevenção tem como objetivo impedir o uso de ATOD pelas crianças e adolescentes, ou evitar que eles tenham acesso a essas substâncias, suas estratégias terão que ser diferentes de outros programas de prevenção cujo objetivo venha a ser auxiliar jovens usuários a evitar agravos de saúde e de outras consequências danosas a si e à sociedade. Ou seja: um dos programas visa impedir a utilização entre novas gerações, evitar o acesso ou retardar o início do uso, e o outro, diminuir a gravidade e a intensidade das consequências desse uso. Um considera possível impedir ou retardar o consumo e evitar o acesso, enquanto o outro parte da ideia de que o uso de substâncias será inevitável para algumas pessoas, então, poderá ter como meta a prevenção, a diminuição dos riscos que esse consumo tenderá a acarretar.

Sobre os programas PROERD e Papo de Respona, de acordo com a ata de encerramento da CPI, “[...] um dos programas [PROERD] visa impedir a utilização entre novas gerações, evitar o acesso ou retardar o início do uso, e o outro [Papo de Respona], diminuir a gravidade e a intensidade das consequências desse uso.” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18). O PROERD é conhecido por sua abordagem proibicionista, associada a uma metodologia marcadamente repressivo-punitiva, alarmista e militarista. A proposta abstencionista desses programas se sobrepõe pela política do estado às ações e programas pautados na redução de riscos e danos e que coabitavam a esfera da oferta de programas de prevenção existentes no Rio de Janeiro. O argumento usado foi de “[...] auxiliar jovens usuários a evitar agravos de saúde e de outras consequências danosas a si e à sociedade.” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18). Na falha desse auxílio, entravam as Comunidades Terapêuticas, conforme estabelece a terceira proposta da política às drogas apresentada na ata de encerramento da CPI. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18).

Enquanto os dois programas citados são realizados no espaço escolar por policiais, o projeto TA é planejado para ser realizado pelos professores, após capacitação oferecida pela SENAD/SEPREDQ/Editora Alvorada. Inicialmente, o programa foi pensado para ser conduzido por policiais, ao menos no estado de Mato Grosso do Sul, conforme veremos adiante, mas, à medida que foi levado aos outros estados, o projeto passou a ser realizado pelos professores. No blog da editora, que dedicou várias publicações ao projeto entre os anos de 2011 e 2012, é possível ver essa mudança de orientação indo da divulgação da capacitação dos oficiais da polícia para atuar no projeto até ser substituída pela capacitação de professores. (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Já na página do projeto TA na rede social Facebook, nós vemos a multiplicação de postagens sobre o projeto em inúmeras escolas de



diferentes estados, especialmente, entre os anos de 2011 até 2014, caindo progressivamente nos anos seguintes, 2015 até 2017.

Segundo a CPI, a capacitação dos agentes, incluindo o pessoal da saúde e da educação, deveria ocorrer de duas maneiras: 1 – presencial, nos Centros de Referência para Capacitação<sup>10</sup> e; 2 – à distância, através dos programas da SENAD. A SENAD possuía dois cursos de capacitação na modalidade EaD (Educação a Distância): o SUPERA – Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: Encaminhamento, Intervenção Breve, Reinserção Social e Acompanhamento, voltado aos agentes sociais, notadamente da área da saúde, e o ESCUTA – Curso Estratégias Integradas de Cuidado aos Usuários de Álcool e outras Drogas, ambos dirigidos aos profissionais da área da saúde e assistência social. Especificamente para a área de educação, a SENAD desenvolveu o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Em sua 6ª edição, no ano de 2014, chegou a oferecer 50 mil vagas para as cinco regiões do país. O curso passou a integrar o Programa “Crack, É Possível Vencer”, apesar de suas primeiras edições serem anteriores ao início desse programa<sup>11</sup> e acontecesse na modalidade presencial, flexibilizada para uma composição mista (presencial e a distância) e depois oferecida apenas no formato a distância, com carga horária de 180 h. Já a série de cartilhas “Por Dentro do Assunto” foi iniciada em 2005. Não foi possível precisar como ocorreria a participação da SENAD na capacitação dos professores no âmbito do projeto TA, já que, conforme já dito, a capacitação seria promovida pela SEPREDEQ e pela editora Alvorada. Também foi postado no portal do governo do estado do Rio de Janeiro que os gestores da SEPREDEQ tinham recebido capacitação da editora Alvorada para trabalhar com o projeto TA. (RIO DE JANEIRO, [2015]). O material enviado aos professores foi fornecido pela editora Alvorada.

O secretário Filipe Pereira costumava usar as redes sociais para divulgar e promover suas ações e foi dessa fonte que obtivemos várias informações, acrescidas do site oficial do governo do estado do Rio de Janeiro, site da editora Alvorada, blog do projeto TA e do relatório de encerramento da CPI sobre a epidemia do crack, em 2015, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. No dia 28 de maio de 2015, o secretário postou que havia assinado o contrato com a Gráfica Editora Alvorada referente ao Projeto Tosco em Ação. Segundo o ex-parlamentar, a proposta era contribuir para a prevenção ao uso de drogas nas escolas e também com a minimização dos danos causados pela dependência química. Informa que esse projeto já havia sido realizado em vários estados, sempre com muito sucesso, e assegura que esse será de extrema importância para o estado do RJ. (PEREIRA, 2015).

O extrato do termo de contrato sobre a aquisição desse material, assinado no dia vinte e cinco de maio de dois mil e quinze, apresenta o Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Prevenção à Dependência Química e a empresa Gráfica e Editora Alvorada LTDA como partes, e, como objeto, a aquisição de material didático, para implementação do denominado Projeto Tosco, diretamente da pessoa jurídica de direito privado detentora da exclusividade para edição, publicação, distribuição e comercialização da obra



pretendida, conforme Termo de Referência. O valor do contrato ficou em R\$ 3.744.897,96 (três milhões, setecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos). Ao considerar a informação divulgada no site da SEEDUC e já mencionada, de que o projeto tinha por objetivo alcançar 150 mil alunos, seriam necessários 150 mil exemplares do livro Tosco, estima-se que a unidade custou algo em torno de 25 reais<sup>12</sup>.

Durante os anos de 2015 e 2016, o secretário levou o projeto Tosco em Ação para prefeituras de 21 cidades fluminenses, a saber: Guapimirim; Duque de Caxias, Paracambi; Arraial do Cabo, Saquarema, São Gonçalo, Niterói, Nova Friburgo, Bom Jardim, Sapucaia, Volta Redonda, Barra Mansa, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Pirai, Vassouras, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Seropédica; Quatis. Esses 21 municípios, em um universo total de 92 prefeituras fluminenses, resultam de acordos prévios firmados entre essas, o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CEPOPD/RJ e a SEPREDEQ. Tais acordos são frutos de demandas sociais, como o acolhimento de viciados, que culminam neste primeiro convênio com o MJ-SENAD. Em 12 abril de 2016, o secretário Filipe Pereira divulgou na sua página que

A SEPREDEQ deu mais um passo rumo à implantação do Projeto Tosco em Ação nas escolas públicas do Estado. Hoje pela manhã eu e a equipe técnica da Secretaria nos reunimos no Palácio Guanabara com representantes dos 21 municípios contemplados nessa primeira etapa do projeto, que foi oficialmente apresentado. Definimos como vamos trabalhar a capacitação dos professores de cada cidade e esclarecemos o objetivo do Tosco em Ação, que é desenvolver ações efetivas de prevenção ao uso de drogas e diminuir os índices de *bullying* e de violência entre os alunos. (PEREIRA, 2016).

Em 19 de abril de 2016, ele afirma que serão 157 mil alunos beneficiados nesta primeira etapa, redimensionando o número inicial de 150 mil. A segunda fase, que previa a capacitação daqueles que seriam os multiplicadores do projeto em suas escolas, foi toda realizada, em todas as cidades conveniadas, no mês de julho. A última postagem do secretário sobre o projeto TA em sua página do Facebook foi em 30 de janeiro de 2017. A despeito de ele ter silenciado sobre o projeto em sua página nessa rede social, em meados do ano de 2017, o projeto estava na terceira e última fase, mas já havia uma lista de outros municípios aguardando o próximo convênio.

Algumas postagens do secretário em suas redes sociais faziam referência a uma emenda parlamentar de sua autoria. Nessa emenda, o secretário propunha constar nas regras do orçamento da União que os parlamentares possam destinar verbas para determinados ministérios. No caso do Rio de Janeiro, a emenda serviria para favorecer aplicação de recursos nos projetos de prevenção às drogas através do Ministério da Justiça.

## O LIVRO TOSCO – NARRATIVA, CONSTRUÇÃO LITERÁRIA E FUNÇÃO PEDAGÓGICA



O suplemento *Compreendendo Tosco*, se apresenta e ao livro *Tosco* como “[...] mais um instrumento de auxílio na busca da compreensão e minimização dos processos agressivos no ambiente escolar.” (MATTJE, 2011, p. 7). O tema central é a agressividade de um adolescente justificada na história como fruto de uma família desestruturada, composta por um pai alcoólatra e uma mãe pouco afetiva. Como consequência, ele tem problemas de relacionamento e aproveitamento escolar, se envolve com drogas lícitas e ilícitas, com o tráfico local e com a polícia. Algumas trocas de escolas e muitos desentendimentos com colegas e professores depois, um professor de educação física aparece na trama e, graças às suas peculiares características docentes, ele recupera o adolescente. A chegada desse personagem faz o protagonista refletir sobre sua conduta e, como consequência, ele se afasta gradativamente da vida que levava. O último quartel do livro é dedicado à descrição do esforço, dores e definição de um projeto de vida pelo protagonista. A partir de então, ele arruma um trabalho, conclui o ensino médio, continua seus estudos, cursa uma faculdade de educação física, se casa e organiza a própria família.

A trama é narrada em primeira pessoa, como digressão do protagonista por suas memórias, compartilhando-as com seus leitores, aos quais diretamente se dirige, ocasionalmente. Boa parte da trama acontece na escola ou diz respeito às pessoas do espaço escolar: colegas de classe, professores, diretores. Não há descrições específicas dos espaços onde a trama se desenrola, mas há indicadores que favorecem o entendimento do personagem central como sendo “[...] um menino de família pobre e desestruturada [...]”, como consta do suplemento *Compreendendo Tosco*. (MATTJE, 2011, p. 07). A caracterização da família desestruturada é elaborada a partir dos comportamentos das personagens: o pai, alcoólatra e violento, abandonou a família e desapareceu; a mãe estava no seu segundo casamento e possuía filhos do primeiro casamento, os quais não criou e não mantinha contato; a existência dos meios-irmãos só se revela ao protagonista quando esses visitam a mãe, retratada na fala do personagem como uma pessoa medíocre e desinteressante. Mesmo no final da trama, o protagonista não reavalia suas considerações sobre sua mãe – as questões entre mãe e filho arrefecem na trama com o amadurecimento do protagonista, mas não chegam a ser resolvidas.

As drogas aparecem gradativamente e acompanham o personagem central até o ponto de culminância da sua derrocada, quando, obrigado a mudar de escola mais uma vez, encontra o professor de educação física, Jeferson (um dos poucos personagens a ter nome próprio), que o recupera das drogas, da agressividade, da criminalidade. Ao longo do processo de resgate do personagem *Tosco*, como é chamado o protagonista, o professor confessa ter sido um jovem tão rebelde quanto o adolescente, usuário de drogas e de também ter cometido delitos. Esse aspecto ajuda na composição do espelhamento que o professor oferece ao aluno e tem impacto direto no sucesso do empreendimento docente.

O livro *Tosco* possui o eixo estrutural de um conto de fadas. Nele, vemos o personagem central, herói/heroína, apresentado em seu ambiente inicial de dificuldade/restrições, no qual exiguidades e penúrias compõem o quadro dos conflitos que desencadeiam a trama. Esse é o



momento em que o herói/heroína rompe com a situação em que vive e se arrisca por caminhos desconhecidos, cheios de perigos. Como desbravador e na busca de soluções, confronta obstáculos e perigos. Esse é o ápice da estrutura narrativa, pois a ameaça maior desse momento é a de o herói/heroína sucumbir.

É nesse momento que os elementos mágicos, imaginários e fantásticos, como fadas e elfos, por exemplo, são introduzidos na narrativa dos contos de fadas, como lenimento ao sofrimento. Aliados às provações e às descobertas que se impõem nesse momento da trama e como parte do processo que conduz ao desfecho, esses elementos extraordinários, paradoxalmente, restauram a relação com o mundo exterior e concreto, com a realidade, ao permitir que sejam traçadas possibilidades de mudanças que tornem evidentes as potencialidades dos protagonistas e de suas escolhas e que o novo seja apresentado. No desfecho, há “[...] união dos opostos, germinação, florescimento, colheita e transcendência.” (FIGUEIRA, 2016, p. 170-171).

Contudo, segundo o autor, no suplemento *Compreendendo Tosco*, a proximidade narrativa seria com os filmes de ação hollywoodianos inspirados no roteirista Christopher Vogler, influenciado, por sua vez, pelos trabalhos do professor Joseph Campbell sobre mitologia e religião, sobre os quais afirma Gilberto Mattje:

[Christopher Vogler e Joseph Campbell] se baseiam no pensamento de Carl Jung, com seus arquétipos sociais, de que os sonhos, mitos e histórias acontecem nas diferentes culturas. Estudaram: de onde vêm as histórias? Como funcionam? O que nos dizem sobre nós mesmos? O que significam? Por que precisamos delas? Como podemos usá-las para melhorar o mundo? Como apresenta-las ao público? Como escrever? (MATTJE, 2011, p. 23).

A literatura, qualquer que seja o gênero, fornece incentivos à criatividade, imaginação e sensibilidade. O conto de fadas, de um modo geral, sem definição de tempo e espaço, também pouca informação traz sobre o mundo onde as personagens habitam. Seu foco está na sucessão de situações carregadas de sentimentos muitas vezes difusos e que exigem racionalizações e escolhas para encontrar soluções e superação.

Identificar os problemas pessoais com a travessia redentora das narrativas dos contos de fada não é exclusividade do universo infantil. À medida que adentramos no mundo dos adultos não apagamos o arquétipo dos contos e tampouco a imaginação. O signo *imaginação* contém, em si, os signos *magia* e *imagem* (NOVAES, 2008, p. 455-6), os quais atuam borrando as fronteiras entre realidade e fantasia. Os adultos transmutam os contos de fada à linguagem deles e mantêm o essencial da simbologia representada na capacidade de individuação da personalidade, superação dos obstáculos, crescimento e maturação pessoais ao longo da vida.

Nessa composição do livro *Tosco*, as drogas cumprem o papel do elemento mágico, mas não do elemento mágico positivo, que promove voos e viagens imaginárias, como o da Sininho, em *Peter Pan*, ou o pó de pirlimpimpim, da Emília, no *Sítio do Pica-Pau Amarelo* (ACSELRAD, 2013, p. 98), mas na acepção ameaçadora da perdição e da destruição, como a maçã envenenada



da Branca de Neve ou a roca mortal da Bela Adormecida. O professor da narrativa ocupa o papel do elemento mágico que cumpre a função de salvar o aluno em apuros, como as fadas-madrinhas fazem. Aqui, o mundo mágico e o mundo real se misturam e o professor personifica o herói a ser imitado, especialmente, porque não se trata de qualquer professor, senão daquele que também cumpriu sua saga e superou seus desafios. Neste caso, ele sobreviveu àquilo que tem sido chamado de “mundo das drogas”. A superação distancia o passado negativo e traz outro aspecto da narrativa dos contos de fadas, a polaridade bem-mal. Não há negociações e reconciliações possíveis: o bom e o mau se excluem. Ao aceitar o bom elemento mágico, ele recusa, definitivamente, o mau.

Note-se a zona de interseção das aventuras a superar dos contos de fada com as narrativas dos filmes de ação – mencionados pelo autor no suplemento *Compreendendo Tosco* –, os quais atualizam e exponenciam aquelas aventuras mágicas por narrativas cujos desafios, dinâmicas, velocidades e meios empenhados são maiores e mais intensos, mas que conduzem aos mesmos finais felizes e previsíveis dos contos, como uma travessia numa montanha russa, considerada uma invenção emblemática, juntamente com o cinema, no quadro das novas técnicas de estimulação sensorial<sup>13</sup>. Talvez escape ao autor o fato de que a inscrição de sua narrativa nesse enquadramento estético da realidade transparece mais como convite do que como caminho a evitar, especialmente, para os jovens.

As histórias de vida de cada um dos leitores podem ser contadas como uma saga épica através da qual se desenrola o processo de construção da identidade pessoal. Todos os que se identificarem com qualquer dos problemas do protagonista da história, poderá, acionado pelo livro, configurar a própria história como um conto de fadas ou um filme de ação, rumo à superação. Na internet encontramos inúmeros trabalhos de alunos realizados no âmbito do projeto TA, onde se destaca a identificação dos alunos com o personagem da história<sup>14</sup>. Seguindo essa linha de divulgação dos resultados obtidos com o projeto TA, a Editora Alvorada organizou e publicou em 2011, o E-book *Tosco em Ação*, com uma seleção dos trabalhos dos alunos de três escolas estaduais de MS, onde o projeto foi realizado em parceria da editora com a Polícia Militar daquele estado com a Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul.

A despeito do destaque e do valor real e simbólico que o livro *Tosco* dá ao professor, é preciso verificar os termos da capacitação oferecida ao professor pelo projeto TA e a função do suplemento *Compreendendo Tosco*. Começemos por esse último.

O suplemento *Compreendendo Tosco* é um manual de orientações didáticas, especialmente elaborado para os professores. Nas suas 50 páginas, incluindo as referências bibliográficas, estão 4 capítulos e dois preâmbulos de ambientação. Os três primeiros são dedicados à definição e caracterização da adolescência nas perspectivas filosófica e psicossocial, à exposição dos suportes teóricos do trabalho e à conceituação do eixo temático central é a agressividade adolescente, tema sobre o qual derivam as drogas e todos os outros



temas trabalhados pelo livro, como *bullying*, gravidez na adolescência, conflitos familiares, grupos adolescentes, crime, consumo de álcool e drogas, violência, desempenho escolar, relacionamentos afetivos e início da vida sexual, etc. “Da agressividade à agressão [...]” (MATTJE, 2011, p. 17), título do capítulo, se desenvolve operando uma interpretação psicanalítica do livro Tosco, propondo que os professores operem suas práticas nessa linha. O quarto capítulo, que corresponde à metade do livro, apresenta um conjunto variado de atividades didático-pedagógicas que podem ser realizadas com os alunos durante a realização dos trabalhos com o livro nas escolas, dentro do projeto TA.

## A PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA EDITORA ALVORADA

Segundo o secretário da SEPREDEQ do Rio de Janeiro, a capacitação daqueles professores e agentes sociais que seriam os multiplicadores do projeto TA em suas escolas consistia na segunda fase do seu plano de ação para o estado, conforme declarou no relatório final da CPI atrás mencionada.

Na SMECE/Seropédica conseguimos cópia do material enviado pela editora Alvorada para a capacitação dos professores naquele município. Tratam-se de dois pequenos encartes, distribuídos aos professores. Um deles, com 10 páginas, é uma peça de publicidade onde se encontra um resumo do livro Tosco, uma exposição de motivos para a leitura desse – no o livro é apresentado como um “[...] novo caminho para o desafio da violência nas escolas [...]”, seguido por “[...] uma metodologia que funciona [...]” (EDITORA ALVORADA, [2015-6?]) – , uma apresentação do suplemento Compreendendo Tosco e resultados estatísticos até então obtidos pelo projeto nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

Esse encarte ressalta o fato de a escola ser o lugar natural para se trabalhar a questão do *bullying* com os adolescentes. O livro Tosco seria um importante auxílio para este desafio, pois levaria o aluno a refletir sobre o próprio comportamento e, assim, enxergaria o professor como ponto de apoio, o que viabilizaria a abertura natural para o diálogo e oportunizaria o aconselhamento para a possibilidade de mudança de atitudes. Sobre o Compreendendo Tosco, afirma que foi preparado com a participação de professores das escolas que implantaram o projeto, em Mato Grosso do Sul. (EDITORA ALVORADA, [2015-6?]).

O destaque do encarte está na apresentação dos resultados. De acordo com esse material da editora, o livro já havia sido trabalhado com aproximadamente 800 mil alunos das instituições de ensino nos estados do Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Goiás, Santa Catarina, Roraima, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal, embora não tenhamos encontrado qualquer informação sobre o projeto nos dois últimos locais mencionados. Vale ressaltar que os dados estatísticos são produzidos pela própria editora, colhidos do retorno que os municípios ficam comprometidos a enviar no final do período letivo, após a implementação do projeto.



O outro documento que recebemos da SMECE foi o Plano de Ação 2016, também impresso pela Editora Alvorada. Trata-se de formulário para coleta de informações como nome e endereço da escola, série e número de alunos, equipe de professores e disciplinas envolvidos no projeto, objetivos, cronograma. Somente a coluna das atividades está impressa e são elas: a) formação dos professores e demais envolvidos; b) entrega do livro ao aluno para leitura; c) personalização do livro feita pelo aluno; c) apresentação do projeto à comunidade escolar; d) leitura do livro; e) registro de experiências nas mídias; f) reunião de avaliação; g) envio de relatório final à Editora Alvorada. O sétimo item é subdividido em: 1 - avaliação processual, que deverá ser realizado por meio de fotos, vídeos, enquetes, pesquisas on-line e demais atividades desenvolvidas durante o desenvolvimento do projeto na escola; 2 - em avaliação final, que pode ser feita por meio de reunião de avaliação com representantes dos alunos, professores e comunidade escolar ou evento de conclusão do projeto na escola com a apresentação de trabalho e atividades desenvolvidas no período de execução do projeto na escola.

Observando o cronograma, vemos que a formação dos professores, concentrada na SEPREDEQ, estava prevista para acontecer no mês de julho, no mesmo mês previsto para o início do projeto nas escolas, com término na última semana de novembro, totalizando 11 semanas de trabalhos com alunos, período correspondente ao terceiro e quarto bimestres. Ao final, sugere-se registro dos trabalhos nas mídias: a) Facebook, e-mail, YouTube, etc; b) rádio, TV, jornal, blog da escola, etc.

Esse cronograma não pôde ser cumprido no município de Seropédica. No ano de 2016 aconteceram duas grandes greves e o ano letivo foi alterado. A última informação que recebemos foi de que a diretora pedagógica da SMECE convocou os diretores das unidades escolares para que enviassem os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto TA até o dia 31 de agosto de 2017, assim como a quantidade de alunos e professores envolvidos nessas atividades.

Segundo informa a ata de encerramento da CPI sobre as causas da epidemia de crack no Rio de Janeiro, já mencionada, os cursos de capacitação no âmbito do programa Crack, É Possível Vencer, da SENAD, agenciados no estado pela SEPREDEQ para profissionais das áreas de saúde, assistência social, educação, segurança pública, justiça, conselheiros, lideranças comunitárias e religiosas e voluntários seriam tanto presenciais e quanto a distância. Alguns cursos de capacitação tinham carga horária de 24 horas, distribuídos em 3 dias. Em outros municípios, como o de Niterói, o curso teve duração de somente um dia, conforme mostra o texto abaixo:

O Núcleo de Ações Integradas (NAI), da SEMECT/FME [Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói e Fundação Municipal de Educação de Niterói], realizou no último dia 13.07, o curso de capacitação para professores de 3º e 4º ciclos denominado "Tosco em Ação". A iniciativa conta com a parceria da Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química (SEPREDEQ), a Editora Alvorada/MEC e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI, 2015).



Entretanto, não sabemos se o curso da SENAD foi oferecido aos professores envolvidos com o projeto Tosco em Ação, mas cabe observar as congruências entre o livro Tosco, o seu suplemento e as propostas da SENAD, o que fazemos a seguir.

## O LIVRO TOSCO E AS ORIENTAÇÕES DA SENAD

Conforme já dito, o secretário da SEPREDEQ do Rio de Janeiro localizou a ação do projeto Tosco em Ação no segundo segmento do ensino fundamental, cujas séries o PROERD não alcança. O único programa que parece alcançar as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio é o Papo de Resposta, criado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro em 2013, após o lançamento do projeto Tosco em Ação, mas sua proposta de funcionamento é diferente do programa proposto pela Polícia Militar.

Antes de passar ao contexto de origem do projeto Tosco em Ação, cabe considerar sua adequação ao conjunto das orientações da SENAD e da SEPREDEQ. A partir das informações encontradas sobre o processo de implantação do programa no estado do Rio de Janeiro, consideramos observar os movimentos normativos da SENAD em relação às políticas de incentivos aos programas de prevenção às drogas na educação. Vimos como o referido projeto ganhava fôlego e respaldo legal no âmbito das propostas elencadas na CPI que investigou as razões da epidemia de crack no estado, quando o projeto apareceu como parte das medidas propostas para prevenção às drogas. A legislação que amparava a parceria entre a Editora Alvorada e o poder público tinha abrangência federal, assim como os recursos financeiros.

Uma das atribuições da SENAD<sup>15</sup> é gerenciar o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD. De acordo com o site do Ministério da Justiça, seus recursos são constituídos por dotações específicas estabelecidas no orçamento da União através de doações, recursos ou qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, do abuso de drogas ou utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas, após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo. Esses recursos são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. No entanto, a demanda para uso desse fundo era pequena. Em 2011, por exemplo, apenas dezessete mil reais foram investidos. (BRASIL, 2013).

Nesse mesmo ano de 2011, a SENAD lançou o programa “Crack, É Possível Vencer”. Uma das intenções do Governo Federal com o lançamento do programa era usá-lo para disponibilizar recursos financeiros a estados, municípios e DF para que pudessem aderir ao programa assumindo contrapartidas, implementando os equipamentos de saúde, assistência social e segurança pública. Essa ação do governo se refletiu nas estatísticas do FUNAD, que passou dos dezessete mil reais investidos em 2011 para sessenta e nove mil no ano seguinte. (BRASIL, 2013). Esse programa atraiu representantes de diferentes setores, educação, saúde, segurança, assim como líderes religiosos vinculados às comunidades terapêuticas.



Nessa campanha há um deslocamento importante quanto ao álcool e ao crack. Até então, o álcool vinha em destaque nos enunciados das campanhas, como por exemplo, “álcool e outras drogas”, apoiado no fato de ser a droga mais consumida no país. Naquele momento, no entanto, o álcool passa para um posto de menor importância, encoberto pela expressão “outras drogas”. Na direção contrária, o crack sai da posição de anonimato, indiferenciado que estava sob a nomenclatura “outras drogas”, para assumir lugar de evidência. Essa construção do argumento da imperiosa e urgente importância do crack está baseada em uma suposta epidemia, que localiza a questão como um grave problema de saúde pública, especialmente nos grandes centros urbanos, tornando necessária e urgente uma política de cuidado e prevenção, mas, sobretudo, de repressão e internação compulsória. Pesquisas posteriores desmontaram o mito da epidemia da crack no Brasil e apontaram para o aprofundamento das contradições referentes às questões sociais subjacentes ao problema, invertendo a lógica da droga como geradora de problema, substituída pela lógica do consumo de psicoativos como artifícios para suportar a exclusão social e as privações econômicas. (GOVERNO FEDERAL..., 2015).

Essa primazia do crack sobre as outras drogas, alavancada por campanhas alarmistas com fins a produzir intervenções do poder público, impactou na agenda das políticas públicas para álcool/crack e outras drogas, multiplicando programas estimulados por avaliações como as produzidas pela CPI fluminense de 2015, articulada por estratégias de prevenção conjugada com repressão e reclusão.

## O PROJETO TOSCO EM AÇÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Nesta etapa da pesquisa, nos propomos a entender a origem e os aspectos implicados no processo de nacionalização do projeto Tosco em Ação. Como já dissemos, a Editora Alvorada divulga o sucesso do projeto em 10 estados e mais o Distrito Federal. O coordenador pedagógico da editora, Gilnei Maciel, afirmou, em entrevista em junho de 2015, que mais de dois milhões de estudantes em todo o Brasil já haviam sido beneficiados pelo projeto. (PEREIRA, 2015).

Inicialmente pensado para ser realizado nas escolas pelos policiais, sendo o nome inicial do projeto “Tosco em Ação com a Polícia Militar”, como mostram a publicação no blog da Editora Alvorada, em 7 de dezembro de 2011 e o E-book Tosco em Ação. (EDITORA ALVORADA, 2011, p. 03). Já em março de 2012, vemos no site do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, uma postagem sobre a formação de professores para atuar no projeto:

Hoje (1º) e amanhã, mais de trezentos coordenadores de área de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul estão reunidos na Universidade Anhanguera Unaes, em Campo Grande, para participar da formação do Projeto “Tosco em Ação – Combatendo a Violência nas escolas da Rede Estadual de Ensino”, uma realização em parceria com a Editora Alvorada. (CONSED, 2012).



Em algum momento entre 2011, quando o projeto foi lançado no quartel da Polícia Militar do estado de Mato Grosso do Sul, e início de 2012, a proposta foi alterada, assim como o nome do projeto. Os professores, especialmente os de língua portuguesa, passaram a ser designados para realizar o projeto nas escolas no lugar dos policiais.

Nessa segunda proposta, o projeto surge com o título de “Tosco no Combate ao Bullying e Violência nas Escolas”, a partir de uma parceria entre o governo do estado de Mato Grosso do Sul e a Polícia Militar daquele estado. (POLÍCIA..., 2011). No mês de julho de 2011, no Comando Geral da Polícia Militar, em Campo Grande, a capacitação para mais de 30 oficiais da corporação para trabalhar nas escolas estaduais mostrou que o programa começou seguindo a mesma linha de outros programas da polícia sobre drogas nas escolas, como o PROERD e o Papo de Resposta. Nesses, os membros da corporação policial militar e civil são preparados como instrutores dos cursos a serem oferecidos no ambiente escolar. Segundo registra o Blog da Editora Alvorada, em 01 de julho de 2011, “Estiveram presentes mais 30 oficiais que, a partir de então, se preparam para trabalhar com o livro TOSCO, editado pela Alvorada, nas escolas estaduais.” (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Também compareceram na ocasião o Promotor Sergio Harfouche, o autor do livro Tosco, Gilberto Mattje, o dono da Editora Alvorada, Mirched Júnior e ocupantes do alto escalão do Comando Geral da Polícia Militar. (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Na página ativa do Projeto Tosco no Facebook (2011), no dia treze de julho de 2011, há uma notícia afirmando que policiais militares, em parceria com a Editora Alvorada, estavam na fase de montagem de um projeto para trabalharem com o livro Tosco nas Escolas Estaduais de MS. O projeto piloto começaria no segundo semestre.

Ainda no mês de julho, o livro foi apresentado no Curso de Capacitação de Patrulheiro Escolar Comunitário, que aconteceu na Universidade Estácio de Sá de Campo Grande/MS, como mais uma ferramenta de educação e combate ao *bullying* e violência nas instituições de ensino e toda comunidade escolar. (BLOG PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA, 2011). A Patrulha Escolar Comunitária é apresentada à sociedade como um projeto de responsabilidade social da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, cuja relevância tem por base o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com a postagem do blog em 07/12/2011, o 9º Batalhão de Polícia Militar idealizou, criou e naquele momento desenvolvia esse projeto em parceria com as escolas, a Faculdade Estácio de Sá e outras instituições locais. Através da realização de palestras e atividades extraclasse, a proposta visava à prevenção da violência no ambiente escolar. Assim, desde a sua criação, ocorrida no início do ano de 2009, a Patrulha Escolar Comunitária já havia desenvolvido o projeto TA, àquela data, em 13 escolas da rede municipal e estadual de ensino, atingindo cerca de oito mil alunos do ensino fundamental, médio e EJA. (BLOG PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA, 2011).

No blog da Editora Alvorada, no mês de setembro de 2011, duas notícias são publicadas sobre o Projeto Tosco: a primeira destaca a presença da Polícia Militar na Faculdade Estácio de Sá oferecendo o Curso de Capacitação de Patrulheiro Escolar Comunitário; na segunda, a então



secretária de educação, Maria Nilene Badeca da Costa, apresenta o livro Tosco, acompanhada de diretores, professores e policiais – que já haviam trabalhado o material com os alunos no CONSED, que aconteceu na cidade de Bonito. (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Na mesma ocasião, aconteceu o II Encontro Regional do Livro e Leitura, com cerca de mil participantes da área da educação, tanto das secretarias municipais de educação como da estadual. No encontro, o projeto referente ao livro Tosco foi apresentado.

Em outubro, no mesmo blog, outra postagem informava que o projeto Tosco já estava sendo realizado em todas as Unidades Educacionais de Internação subordinadas à Superintendência de Assistência Socioeducativa para adolescentes em conflitos com as leis. O pronunciamento do diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN à época, Augusto Rossini, foi de entusiasmo quanto aos resultados da iniciativa. Ele apontou à possibilidade das equipes do Projeto Tosco e DEPEN firmarem parceria para aplicar o projeto nas escolas dentro das penitenciárias. (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Entretanto, não encontramos qualquer informação que comprovasse a concretização dessa parceria ou seu rechaço.

A postagem de novembro, “Alunos da EJA veem no ‘Tosco’ uma ferramenta de identificação para lidar com os filhos [...]”, fala da boa recepção entre o público da EJA (BLOG EDITORA ALVORADA, 2011-2012). Já em 07/12/2011, foi postada notícia sobre evento de encerramento do projeto, no qual alguns alunos foram premiados com netbooks e câmeras fotográficas. No entanto, o mais importante foi a forma como apareceu nomeado o projeto: “Tosco em Ação com a Polícia Militar”. No E-book Tosco em Ação, lê-se “‘Tosco em Ação’ com a Polícia Militar, no combate ao *bullying*, violência e drogas nas escolas estaduais.” (EDITORA ALVORADA, 2011, p. 03).

O início contratual desse projeto foi firmado em 24/10/2011, período do segundo mandato do governador emedebista André Puccinelli. Segundo o extrato do contrato, N° 759/2011, as partes são: o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação (SED) e a Editora Alvorada. Assinado pela secretária de educação Maria Nilene Badeca da Costa e o proprietário da editora Mirched Jafar Júnior. O objeto do contrato era a aquisição de acervo bibliográfico, no caso, o livro Tosco, para atender a implementação do projeto na Escola. O valor foi de R\$ 3.697.200,00 – três milhões seiscentos e noventa e sete mil e duzentos reais (Figura 1). Essa quantia foi paga para obtenção de 102.700 exemplares do livro Tosco, conforme Diário Oficial n. 8.056, do estado do Mato Grosso Sul, de 24 de outubro de 2011.



PÁGINA 18 24 DE OUTU

---

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

DESPACHO DO EXM<sup>a</sup> SENHORA SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
Processo nº: **29/037.300/2011**  
Executante: **Gráfica e Editora Alvorada Ltda.**  
Ratifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que tem por objeto a contratação de empresa visando à aquisição de 102.700 (cento e dois mil e setecentos) exemplares do Livro Tosco para atender estudantes da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, para o Lote Único, no valor total de **R\$ 3.697.200,00** (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil e duzentos reais), tendo como executante a Gráfica e Editora Alvorada Ltda de acordo com o "caput" do Artigo 25 da Lei supracitada, na **Fonte de Recursos 01080000000**.

Figura 1 – Ratificação da condição de licitação entre o governo do Mato Grosso do Sul e a Editora Alvorada.

Fonte: Mato Grosso do Sul (2011).

Para cada exemplar foi pago algo em torno de trinta e cinco reais. Apenas dois meses depois de realizado esse contrato, o Governo de Mato Grosso do Sul garantiu uma importância no valor de R\$924.300,00, novecentos e vinte e quatro mil e trezentos reais, para a Editora Alvorada, com um termo aditivo no dia 23/12/2011. De acordo com a Secretaria de Educação, a compra do lote de mais cem mil exemplares, seria para utilização na rede estadual de ensino. A licitação foi feita na modalidade carta de exclusividade. (SEM DETALHAR..., 2011).

Em dois mil e doze, ainda é possível ler algumas notícias sobre cursos de capacitação para o projeto Tosco em Ação em parceria com a Polícia Militar no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano, o Governo do Estado de Roraima, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, contrata a Gráfica e Editora Alvorada para a aquisição do livro Tosco a fim de atender a alunos e professores da rede estadual de ensino. O valor do contrato foi de R\$121.635,00 cento e vinte e um mil seiscentos e trinta e cinco reais, assinado no dia vinte e nove de outubro do referido ano pelo proprietário da editora, Mirched Jafar Júnior, e por Lenir Rodrigues Luitguards Moura, Secretária de Educação Cultura e Desporto. (RORAIMA, 2012). Entre 2012 e 2014, o projeto se mantém ascendente e, sempre com parceria entre a Polícia Militar, a Ed. Alvorada e os governos locais, se instala em Goiânia e Minas Gerais (Itajubá).

Já em dois mil e quinze tem início a operação da Polícia Federal Lama Asfáltica. Nesta operação, a Polícia Federal sustenta que compras milionárias de livros teriam financiado propinas realizadas pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul. A Gráfica e Editora Alvorada é apontada como fonte de pagamento de propina e elo entre o ex-governador André Puccinelli (MDB) e um esquema de desvio de dinheiro público. Segundo notícia publicada no



site Campo Grande News, intitulada, “PF sustenta que compras milionárias de livros teriam financiado propinas”,

A preferência do governo estadual pela gráfica se intensificou no quarto trimestre de 2014, no fim do mandato de Puccinelli. Os contratos eram precedidos sempre pela palavra “inexigibilidade”, que caracteriza impossibilidade de competição.

Segundo relatório da CGU (Controladoria-Geral da União), somente em dezembro de 2014 a Gráfica e Editora Alvorada Ltda recebeu R\$ 11.224.625,00, sendo R\$ 5,5 milhões no dia 30, penúltimo dia da gestão Puccinelli.

A controladoria também aponta escalada de gastos com livros para distribuição gratuita em escolas. Em 2010, praticamente não houve gasto. No ano seguinte, foi de aproximadamente R\$ 1 milhão. Em 2012, o gasto foi de R\$ 7 milhões no mês de março. No ano de 2013, o maior gasto foi em junho: R\$ 4 milhões. Em 2014, o custo foi de R\$ 4 milhões em março e R\$ 11 milhões no mês de dezembro.

Para a CGU, os dados indicam fraudes pelo aumento de gastos com livros de distribuição gratuita em desacordo com as aquisições nos meses e anos anteriores. Ainda conforme o levantamento, a Alvorada recebeu R\$ 29 milhões entre 2010 e 2014. (PF SUSTENTA, 2016).

Outros títulos, além do Tosco, foram investigados:

A controladoria analisou contratos para aquisição dos seguintes livros: “Caco” (autor Gilberto Mattje), “Caco – Orientações Didáticas” (Gilberto Mattje), “Cada um é do seu jeito, cada jeito é de um! (Lucimar Rosa Dias), “O barato das baratas” (Ariadne Cantú), “O barato das baratas – Orientações Didáticas (Ariadne Cantú), “Tosco” (Gilberto Mattje), “Compreendendo o Tosco” (Gilberto Mattje) e “Mãos ao alto! Passa o boné” (Ariadne Cantú). (PF SUSTENTA, 2016).

A professora universitária e doutora em educação e relações raciais, Lucimar Rosa Dias, uma das autoras citadas, explicou em entrevista que foi procurada pela editora e escreveu o livro sob encomenda para um programa educacional e completou: “[...] os autores recebem os direitos autorais, quem comercializa a obra é a editora, é lamentável que os autores tenham sido citados nesse processo abominável.” (PF SUSTENTA, 2016).

## CONSIDERAÇÕES

O projeto Tosco em Ação nasce da oportuna convergência de disponibilidade de recursos federais para políticas de prevenção às drogas, da construção de uma política alarmista para a epidemia de crack, do aprofundamento da corrupção e da crescente intervenção da Polícia Militar no espaço escolar e social, especialmente, no interior de estados de Goiás, Amazonas e Minas Gerais. Ganha espaço na escola em razão da ausência de discussão sobre o tema nessa área, onde o debate permanece criminalizado, o que explica a naturalização da presença das polícias no espaço escolar, ensinando sobre drogas, em projetos como os das Polícias Militar e Civil, supostamente, algo que está fora do alcance dos professores. Mas o programa Tosco em Ação vai além, colocando os próprios professores para executarem um projeto nascido da proposta de um governo, elaborada em parceria com o Comando Militar, sem anuência



pedagógica do Ministério da Educação, mas com uso de recursos da União, e uma empresa privada de editoração acusada de lavagem de dinheiro, com produção superfaturada do material didático distribuído gratuitamente às escolas.

O projeto Tosco em Ação desconsiderou a vigência de outros programas de incentivo à leitura, como o PNBE, por exemplo, que possuía uma seleção de títulos para que os professores pudessem trabalhar a temática do álcool e outras drogas nas escolas. Embora o TA atuasse no espaço escolar com alunos, pais, gestores e comunidade, não houve uma apreciação da obra pelas agências educacionais, substituídas pela decisão dos gestores estaduais e municipais, dos comandos militares e da Editora Alvorada. Os professores, convidados a participar da execução do projeto, aparecem como legitimadores da proposta, sem que se dê a ver discussões ou resistências, apenas o recrutamento desses como multiplicadores da proposta.

Do ponto de vista pedagógico, o livro funciona como um guarda-chuva que comporta muitas possibilidades de exploração temática. A metodologia converge com a utilizada pelo PROERD da Polícia Militar, a qual adota os fundamentos da pedagogia das competências socioemocionais. (CAPUTI; MCLALLAN, 2017). A educação abre espaço para que a produção de sentidos das leituras realizadas seja guiada pelas polícias, inclusive no que diz respeito à capacitação/formação dos professores. A prática educacional abstém-se do seu papel mediador crítico ao manter criminalizado o debate sobre drogas no espaço escolar e ao permitir abri-lo apenas pela lógica repressiva das polícias. Ao manter o debate sobre álcool, medicamento e outras drogas como exterioridade às questões próprias da educação, a escola rompe o vínculo com a dinâmica social da qual é parte e não consegue abarcar a multiplicidade de questões que a envolve e, desse modo, compromete seu papel e sua função social.

A proposta de capacitação dos professores efetuada pela Editora Alvorada, na contramão do que oferecia à época a SENAD nos seus cursos para educadores e materiais didáticos produzidos, não foi problematizada pelos educadores. Não se explica que o Ministério da Educação ou a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro não estivessem mais envolvidos no processo, avaliando o material, o projeto TA. Como se explica um projeto de educação, que atingiu mais de um terço dos estados da federação e milhares de alunos, e não tenha passado pelo crivo avaliativo-pedagógico do Ministério da Educação e seus conselhos? A educação vai continuar a considerar o tema como assunto da saúde ou da polícia, mesmo quando há interferência direta na formação dos professores e na ingerência das atividades curriculares?

As políticas editoriais, alimentadas ou não por programas educacionais de leitura ou por outro qualquer financiamento público, que conformam opinião e modelam sensibilidades, constituem parte substantiva da política cultural das sociedades. A responsabilidade social dessas agências implica necessária transparência nos procedimentos sem qualquer viés moralista que interfira na liberdade de expressão.



Após a denúncia de corrupção envolvendo o dono da editora e o governador de Mato Grosso do Sul, o projeto continuou atuante no Rio de Janeiro, nas ações da SEPREDEQ e ao menos no município de Seropédica, até 2017.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63, edição especial, p. 96-104, out./dez. 2013. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista63/revista63\\_96.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf). Acesso em: 05 set. 2017.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BLOG EDITORA ALVORADA. 2011-2012. Disponível em: <https://editoraalvorada.blogspot.com/search?q=Tosco>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BLOG PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA. 2011. Disponível em: <http://patrulhaescolarcomunitaria.blogspot.com/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, 20).

BRASIL. Ministério da Justiça. **Crack é possível vencer** – estratégia completa. [2011-2015]. Disponível em: [http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/docs\\_oficiais/1\\_D\\_2013\\_Crack%20possivel\\_vencer\\_estrategia\\_completa.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/docs_oficiais/1_D_2013_Crack%20possivel_vencer_estrategia_completa.pdf). Acesso: 12 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD**. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/audiencias-publicas/audiencias-publicas-anteriores/audiencia-2013/audiencia-21.11/apresentacao-4>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD**. [2016]. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/subpaginas\\_auditoria/secretaria-nacional-de-politicas-sobre-drogas-senad](http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/subpaginas_auditoria/secretaria-nacional-de-politicas-sobre-drogas-senad). Acesso em: 16 fev. 2016.

CAPUTI, T. L.; MCLALLAN, A. T. Truth and D.A.R.E.: Is D.A.R.E.'s new Keepin' it REAL curriculum suitable for American nationwide implementation?. **Drugs Educ Prev Pol**, v. 24, n. 1, p. 49-57, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09687637.2016.1208731>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CARNEIRO, H. S. "Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de Consciência". In: LABATE, B. C; *et. al.* (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.



CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO – CONSED. **Projeto Tosco**. 01 mar. 2012. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/projetotoasco>. Acesso em: 08 set. 2017.

EDITORA ALVORADA. (Org.). **E-book Tosco em ação**. Campo Grande: Alvorada, 2011. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/219920-Tosco-em-Acao/>. Acesso em: 17 nov. 2017.

EDITORA ALVORADA. **Encarte**. [2015-6?].

FACEBOOK. **Tosco em Ação**, 2011. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/livrotosco/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/livrotosco/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 18 jul. 2017.

FIGUEIRA, E. **Ser autor: uma jornada de vários caminhos**. São Paulo: Figueira Digital: Agbook, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI - FME. **Projeto reúne professores na prevenção ao uso de drogas**, 2015. Disponível em: <http://www.educacaoniteroi.com.br/2016/07/15336/>. Acesso em: 02 set. 2017.

GOVERNO FEDERAL passa a tratar crack como problema Social. **Carta Capital**. 01 mar. 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-federal-abandona-a-repressao-e-passa-a-tratar-crack-como-problema-social-9507.html>. Acesso em: 08 set. 2017.

MATO GROSSO DO SUL. **Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Educação**, ano XXXIII, n. 8.056, 24 out. 2011, p. 18. Disponível em: [file:///C:/Users/Visitante/Downloads/20111024%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Visitante/Downloads/20111024%20(2).pdf). Acesso em: 17 ago. 2017.

MATTJE, G. **Compreendendo tosco**. Cuiabá: Alvorada, 2011.

MATTJE, G. **Tosco**. Cuiabá: Alvorada, 2009.

MOREIRA, A. Governo federal está desde 2014 sem comprar livros de literatura para escolas públicas. **G1**, 29 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-federal-seguira-sem-entregar-novos-livros-de-literatura-para-bibliotecas-escolares-em-2018.ghtml>. Acesso em: 12. nov. 2017.

NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, out. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132008000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200007). Acesso em: 08 set. 2017.



PEREIRA, F. Tosco em Ação: projeto de prevenção às drogas é levado a escolas fluminenses. **Site Filipe Pereira**, 2015. Disponível em: <http://filipepereira.com.br/rio-de-janeiro/>. Acesso em: 09 out. 2017.

PEREIRA, F. **Facebook**. 12 de abril de 2016. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/FilipePereiraOficialPSC/posts/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FilipePereiraOficialPSC/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 09 out. 2017.

PF SUSTENTA que compras milionárias de livros teriam financiado propinas. **Campo Grande News**, 20 maio 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/pf-sustenta-que-compras-milionarias-de-livros-teriam-financiado-propinas>. Acesso em: 14 mar. 2017.

POLÍCIA e governo lançam programa de combate a violência nas escolas. **Acrítica de Campo Grande**, 28 jul. 2011. Disponível em: <http://www.acritica.net/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

RIO DE JANEIRO. DOERJ. Ata de encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar as causas e consequências do consumo de crack no estado. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ**, 16 dez. 2015, p. 16-24. Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106432429/doerj-poder-legislativo-16-12-2015-pg-16?ref=next\\_button](https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106432429/doerj-poder-legislativo-16-12-2015-pg-16?ref=next_button). Acesso em: 15 jul. 2017.

RIO DE JANEIRO. SEPREDEQ. Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química – SEPREDEQ. [2015]. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sepredeq/>. Acesso em: 13 out. 2017.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, Boa Vista, ano XXIV, 09 nov. 2012. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br/diarios/doe-20121109.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

SEM DETALHAR compra, Governo de MS adita em R\$ 900 mil contrato com Gráfica Alvorada. **Midiamax - Jornal Diário de Mato Grosso do Sul e Campo Grande**. 26 dez. 2011. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/geral/2011/sem-detalhar-compra-governo-de-ms-adita-em-r-900-mil-contrato-com-grafica-alvorada/>. Acesso em: 17 ago. 2017.

## Notas

<sup>1</sup> Pós-Doutorado em História da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro ((ProPED/UERJ). Professora Adjunta de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: lullua2@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ProPED). Professor de Português e Espanhol do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e do município de Seropédica (SMECE). Contato: prof.diego.fernando@gmail.com



<sup>3</sup> Essa secretaria foi criada em 2013, sob a influência da SENAD, segundo afirmou o secretário da pasta, Filipe da Almeida Pereira, na Ata de Encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a epidemia do crack no Rio de Janeiro, adiante comentada.

<sup>4</sup> Filipe de Almeida Pereira foi eleito duas vezes deputado federal nas eleições de 2006 e 2010. Em 26 de fevereiro de 2013, a convite do ex-governador Sérgio Cabral, assumiu a função de Secretário de Estado de Prevenção à Dependência Química do Rio de Janeiro. Em 2015, a pedido do atual governador, Luiz Fernando Pezão, voltou à SEPREDQ para desenvolver ações e projetos fundamentados durante sua gestão. Ele e o pai, o pastor Everaldo, são ligados à Igreja neopentecostal Assembleia de Deus, responsável por inúmeras Comunidades Terapêuticas no estado do Rio de Janeiro. As opiniões do secretário aqui expostas foram retiradas de suas páginas nas redes sociais.

<sup>5</sup> Tosco em Ação: Projeto de prevenção às drogas é levado a escolas fluminenses. Reportagem GOV. Rio. Site pessoal Felipe Pereira, em junho 2015.

<sup>6</sup> Havia chamada pública para apresentação de obras ao PNBE e posterior divulgação com publicação da lista dos aprovados no Diário Oficial da União.

<sup>7</sup> O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, foi criado pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro em 1992, a partir da adaptação de um programa similar americano, o Drug Abuse Resistance Education-DARE, criado em 1984 pelo Departamento de Polícia de Los Angeles. O PROERD é uma franquia do DARE. É o mais longo e bem-sucedido programa escolar para as drogas, com presença em todo o território nacional.

<sup>8</sup> Essa CPI foi criada pela Resolução N° 03/2015. A Ata de Encerramento da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar as causas e consequências do consumo de crack no estado foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – DOERJ, em 16 dez. 2015.

<sup>9</sup> O programa Papo de Resposta foi criado em 2013, pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ele está vinculado à Delegacia de Combate às Drogas (DCOD), com sede na Cidade da Polícia, no bairro Jacarezinho. Segundo seu coordenador, o policial Beto Chaves, em 2015 o programa atendeu 30 municípios fluminenses e 1.428 pessoas visitaram o projeto na Cidade da Polícia. Foram feitas 157 reuniões pedagógicas com a presença de 595 diretores, coordenadores e orientadores pedagógicos e foram realizados 113 Papos de Resposta com docentes, totalizando 3.532 professores. Entrevista concedida pelo policial Beto Chaves à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 06 jan. 2016.

<sup>10</sup> Existem quatro Centros de Referência para Capacitação na cidade do Rio de Janeiro e mais um em Macaé.

<sup>11</sup> O Programa “Crack, é possível vencer” foi criado em 2011.

<sup>12</sup> A título de comparação, O portal G1 – Educação, publicou notícia sobre o PNBE, em 29 set. 2017, onde afirma que entre os anos de 2000 e 2014 foram quase 230 milhões de exemplares, a um custo médio de R\$ 3,80 cada exemplar. Os livros foram distribuídos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). (MOREIRA, 2017).

<sup>13</sup> Para falar da história da alteração de consciência por meio das tecnologias da modernidade, o prof. Henrique Carneiro, lembra que desde a invenção do cinema e da montanha-russa “[...] a construção estética da realidade, a produção de estados criados especificamente para o deleite dos sentidos e a deriva da imaginação adquiriu o refinamento de uma tecnologia da imagem e do som nunca antes tão bem Reproduzidos.” (CARNEIRO, 2008, p. 77).

<sup>14</sup> Para apreciação de alguns exemplos, o site SlideShare foi utilizado pela Editora Alvorada como plataforma de compartilhamento dos trabalhos escolares feitos sobre o livro Tosco, dispondo de um número considerável de trabalhos.

<sup>15</sup> A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD (BRASIL, [2016]) foi criada por medida provisória, em 1998, para executar as políticas governamentais relacionadas à dependência química. Era subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República até o último ano do mandato do ex-presidente Lula. No entanto, em janeiro de 2011, na primeira semana do mandato da presidenta Dilma, essa secretaria foi transferida, por decreto, para o Ministério da Justiça sob o argumento de intensificar a atuação do governo federal na área das drogas.